

Transtorno de personalidade antissocial e as diretrizes interativas: uma exposição dialógica através da psicologia jurídica

Dark triad as a predictor of antisocial behavior: a psychological-legal perspective

Francisca Cláudia dos Santos Almeida¹, Adaci Estevam Ramalho Neto², Emilyly de Sousa Medeiros³, Marcos Vitor Costa Castelhamo⁴

v. 11/ n. 4 (2023)
Outubro/Dezembro

Aceito para publicação em
24/10/2023.

¹Mestre em Saúde Pública.

²Graduado em Direito pela FIP.

³Especialista em educação.

⁴Graduado em Psicologia pelo UNIFIP.

Resumo: O Transtorno de Personalidade Antissocial (TPA) é caracterizado como uma condição psicopatológica-psiquiátrica complexa, dado que engloba diversos elementos multifatoriais em suas compreensões dialógicas e interventivas, tendo entre as suas principais expressões-sinais: o desrespeito significativo pelas leis e normativas sociais, a presença de comportamentos impulsivos, a ausência ou diminuição pertinente da empatia, entre outros. Nos âmbitos judiciais, esboça-se que as aplicações entre direito e os domínios psicológicos trazem consigo atravessamentos necessários para a elucidação da psicopatia patológica, revelando que a área da Psicologia Jurídica se apresenta enquanto vertente científica-profissional dimensionada para a compreensão sucinta dos casos de perfis antissociais e seus manejos intersectoriais. Considerando as afirmativas supracitadas, o presente trabalho discute sobre a importância da Psicologia Jurídica como mediadora ativa e dialógica entre as concepções do TPA e as possíveis intervenções interdisciplinares no campo judiciário, revelando a pertinência dos elementos individuais-coletivos perante dos aspectos psicopatológicos de natureza antissocial. Para isso, utilizou-se do método de revisão narrativa como técnica organizativa para o planejamento, direcionamento e lapidação das argumentações e tópicos propostos, usufruindo-se de artigos científicos, capítulos de livro, obras especializadas e outras produções acadêmicas como principal fonte captativa, encontradas nas bases digitais do Google Acadêmico, Scielo e PePSIC. Sendo assim, apresentado os elementos fundamentais e direcionais do estudo científico em questão, seguem as demais pontuações sobre as interações perspectivas entre o TPA, os enfoques psicológicos jurídicos e as concepções interdisciplinares nos campos judiciais, lapidando óticas significativas para além das esquemáticas unitárias.

Palavras-chave: TPA. Psicologia Jurídica. Personalidade. Direito.

Abstract: Antisocial Personality Disorder (APD) is characterized as a complex psychopathological-psychiatric condition, as it encompasses several multifactorial elements in its dialogic and interventional understandings, having among its main expressions-signs: significant disrespect for laws and social regulations, presence of impulsive behaviors, the absence or relevant decrease in empathy, among others. In the judicial spheres, it is outlined that the applications between law and psychological domains bring with them necessary crossings for the elucidation of pathological psychopathy, revealing that the area of Legal Psychology presents itself as a dimensional scientific-professional aspect for the succinct understanding of profile cases antisocial issues and their intersectoral management. Considering the aforementioned statements, this work discusses the importance of Legal Psychology as an active and dialogic mediator between the concepts of TPA and possible interdisciplinary interventions in the judicial field, revealing the relevance of individual-collective elements in the face of psychopathological aspects of an antisocial nature. To this end, the narrative review method was used as an organizational technique for planning, directing and polishing the arguments and proposed topics, using scientific articles, book chapters, specialized works and other academic productions as the main capturing source, found in the digital databases of Google Scholar, Scielo and PePSIC. Therefore, having presented the fundamental and directional elements of the scientific study in question, the remaining points on the perspective interactions between the TPA, legal psychological approaches and

interdisciplinary conceptions in the judicial fields follow, honing significant perspectives beyond the unitary schematics.

Keywords: TPA. Juridical Psychology. Personality. Right.

1. Introdução

O Transtorno de Personalidade Antissocial (TPA) é caracterizado como uma condição psicopatológica-psiquiátrica complexa, dado que engloba diversos elementos multifatoriais em suas compreensões dialógicas e interventivas, tendo entre as suas principais expressões-sinais: o desrespeito significativo pelas leis e normativas sociais, a presença de comportamentos impulsivos, a ausência ou diminuição pertinente da empatia, entre outros (MARSURA et al., 2023).

Nos âmbitos judiciários, esboça-se que as aplicações entre direito e os domínios psicológicos trazem consigo atravessamentos necessários para a elucidação da psicopatia patológica, revelando que a área da Psicologia Jurídica se apresenta enquanto vertente científica-profissional dimensionada para a compreensão sucinta dos casos de perfis antissociais e seus manejos intersetoriais (SILVA; JUNIOR, 2023).

Considerando as afirmativas supracitadas, o presente trabalho discute sobre a importância da Psicologia Jurídica como mediadora ativa e dialógica entre as concepções do TPA e as possíveis intervenções interdisciplinares no campo judiciário, revelando a pertinência dos elementos individuais-coletivos perante dos aspectos psicopatológicos de natureza antissocial.

Para isso, utilizou-se do método de revisão narrativa como técnica organizativa para o planejamento, direcionamento e lapidação das argumentações e tópicos propostos, usufruindo-se de artigos científicos, capítulos de livro, obras especializadas e outras produções acadêmicas como principal fonte captativa, encontradas nas bases digitais do Google Acadêmico, Scielo e PePSIC.

Sendo assim, apresentado os elementos fundamentais e direcionais do estudo científico em questão, seguem as demais pontuações sobre as interações perspectivas entre o TPA, os enfoques psicológicos jurídicos e as concepções interdisciplinares nos campos judiciários, lapidando óticas significativas para além das esquemáticas unitárias.

2. Fundamentação teórica

Antes de se adentrar nas discussões sobre TPA, deve-se ter mente as compreensões sobre os funcionamentos, panoramas e formações da personalidade, uma vez que, segundo Braghirolli e colaboradores (2010), os possíveis entendimentos sobre as proposições multifatoriais da personalidade influem em suas amplitudes expressivas e estruturantes, levando em consideração as suas pluralidades teórico-práticas.

Desse modo, existem diversos estudos científicos, teorias especializadas e concepções metodológicas perante das diferentes abordagens compreensivas da personalidade, enfatizando a permanência de variadas óticas constitucionais frente desse construto psicológico, englobando formativas psicodinâmicas, modelos comportamentais, aportes fenomenológicos, entre outros (FADIMAN; FRAGER, 1986; HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 2000; DAVIDOFF, 2000; SCHULTZ; SCHULTZ, 2002; FEIST; FEIST, 2008; FURNHAM, 2015).

Para Braghirolli e colaboradores (2010), de maneira geral, entende-se que os processos de entendimento estruturante e constitutivo da personalidade abrangem alguns sentidos fenomênicos fundamentais, como elencados nas elaborações científicas de caráter allportiana,

Visando compreender tais caracterizações, segue um quadro contendo os quatro princípios centrais para o entendimento global e formativo da personalidade nos âmbitos allportianos, como visualizado abaixo:

Quadro 1- Princípios globais da personalidade a partir das elaborações de Allport

Princípio da Globalidade	Todos os elementos e traços de personalidade estão fundidos aos aspectos afetivos, cognitivos, psicossociais e comportamentais do sujeito, representando uma conjunção global de tudo que o sujeito se tornou ao longo de suas formatações experienciais.
Princípio Social	Grande parte dos caracteres da personalidade são moldados pelas diretrizes psicossociais, uma vez que a partir das experiências socioculturais e interativas o sujeito agrupa hábitos, perspectivas e comportamentos para a edificação contínua da sua personalidade.
Princípio da Dinamicidade	A personalidade, por si só, representa um conceito dinâmico, visto que por via da interação significativa de diversos fatores e contingências os aspectos, estruturais e funcionamentos da personalidade são construídos.
Princípio da Individualidade	A personalidade sempre é uma realidade individual que distingue um ser de outro ser, promovendo a combinação significativa e

	idiossincrática de múltiplos fatores para edificação subjetiva.
--	---

Fonte: Adaptado de Braghirolli e colaboradores (2010).

Perante do avistado, observa-se que a noção de personalidade não deve girar em torno de elementos unilaterais em seus sentidos segmentários, uma vez que, como abordado *a priori*, o processo e os princípios que denominam os caracteres desse construto psicológico permeiam diferentes campos formativos e amplitudes funcionais frente de suas caracterizações setoriais e globais.

Nos campos disposicionais, a personalidade é visualizada para além das diretrizes estruturantes-integrais, visto que os processos individuais-coletivos de tal construto abrangeria um conjunto de traços elementares que servem para os entendimentos globais e direcionais do sujeito em suas singularidades experienciais, tendo os primeiros estudos sistemáticos nessa perspectiva através das alusões e edificações de Cattell (DAVIDOFF, 2000).

As vertentes disposicionais começam ganhar visibilidade global e sistemáticos internacionais através dos pressupostos científicos do *Big Five*, conhecida também como a Teoria dos Cinco Grandes Fatores, lapidada inicialmente por McCrew e Costa, demonstrando a pertinência dos traços psicológicos-contínuos enquanto estratégia metodológica de elucidação significativa da personalidade e de seus fatores associados (FEIST; FEIST, 2008).

Nas amplitudes desse modelo teórico, Paulhus e Williams (2002) edificam a chamada *Dark Triad*, conhecida como Tríade Sombria em português, caracterizando um conjunto de elementos relacionais ligados as dificuldades significativas perante a edificação de habilidades, atitudes e comportamentos interpessoais.

Nesse panorama metodológico, expõem-se três traços de personalidade considerados, sombrios, uma vez que, para Paulhus e Williams (2002), eles estariam associados a tendências individualistas, antiooperativas, autocentrada e, em alguns casos, antissociais em suas disposições preditivas.

Objetivando o entendimento dessa modalidade executiva, segue um quando contexto os três elementos sombrio e as suas expressões mediante da constituição da personalidade, como visto abaixo:

Quadro 2- Elementos constituições da Tríade Sombria:

Narcisismo	Dentro das formativas dos estudos psicológicos contemporâneos, observa-se que o narcisismo é traço de personalidade que não necessariamente se agrupa em condições patológicas. Todavia, quando inserido em índices elabora pode influir negativamente perante da construção da autoimagem.
Maquiavelismo	Tal traço da personalidade sombria envolve a tendência da manipulação, de condições individualistas e de enganação cominatória de atingir objetivações pessoais.
Psicopatia	A psicopatia é considerada o traço da personalidade sombria como maior tendência antissocial, uma vez que as suas principais características são a ausência de empatia, comportamentos impulsivos e a possibilidade de ruptura das normativas sociais.

Fonte: Baseado em Monteiro (2017).

Mediante do exposto, apercebe-se que cada traço da personalidade sombria apresenta as suas características idiossincráticas frente de suas diferentes magnitudes observáveis, ficando evidente que tais elementos estão inseridos em uma mesma conjuntura dinâmica-expressiva.

Segundo Monteiro (2017), os traços da personalidade sombria, sobretudo o elemento psicopático se insere como possível preditivo de comportamentos antissociais, dado que as suas entrelinhas expressivas giram em torno de tendências de ruptura das normativas legislativas e socioculturais, englobando também a ausência da empatia e a presença de comportamento impulsivos.

Entretanto, destaca-se que o elemento e as tendências psicopáticas expressas pela tríade sombria não delimitam possibilidades diagnósticas ou psicopatológicas, pois as suas expressões são comuns, seja em maior ou menor nível, na população em geral, especificando-se enquanto fator subclínico (MONTEIRO, 2017).

Mencionando o TPA em suas linhas psicopatológicas, define-se que tal condição psiquiátrica integra uma conjuntura expressiva e estruturante de natureza complexa e multifatorial, apresentando

entre os seus sinais e sintomas os comportamentos impulsivos, dificuldades significativas nas relações interpessoais, comportamentos e posturas antissociais, entre outros (MANSURA et al., 2023).

Segundo Mansura e colaboradores (2023), o TPA abrange diversos elementos ambientais e genéticos, como pode ser observado em variados dos estudos científicos recentes, demonstrando que as suas possíveis causalidade permeiam aspectos e âmbitos multifatoriais, delimitando um conjunto diverso de variações envolvidos em suas abordagens compreensivas.

Ainda nesse raciocínio, Fernandes e Correa (2023) comenta que os espectros e condições psicopáticas integram variados traços de personalidades ligados a um conjunto de comportamentos de natureza desviante, revelando que existem variadas medidas e instrumentos em construção para análise de possíveis perfis em suas amplitudes antissociais.

No contexto da Psicologia Jurídica, entende que o psicólogo aprender a um papel essencial nas elaborações interdisciplinares perante contingências penais, fomentando olhares integrais e globais defronte dos aspectos e expressões psicopáticas em suas entrelinhas antissociais e desviantes, gerando análises, investigações e encaminhamentos judiciais assertivos (SILVA; JUNIOR, 2023).

Para Nogueira e contribuintes (2023), as vertentes psicológicas-jurídicas permeiam variadas e diferentes subáreas nos campos profissionais, representando que tais domínios consolidam diversas atuações dinâmicas em suas entrelinhas teórico-práticas e executórias.

Entre os campos investigativos, esboça-se o profissional da área de Psicologia atuante nos espaços jurídicos pode se valer dos processos da avaliação psicológica para o entendimento assertivo e significativo das demandas especificadas, influenciando diretamente nas elucidações interativas e dialógicas (SILVA, 2021).

Destarte, afirma-se que o psicólogo jurídico traz consigo a potencialidade de visualização do sujeito em sua integralidade e globalidade perante das demandas contextuais do panorama integrativo, levando consideração, por via dos procedimentos e instrumentos avaliativos-psicológicos, os aspectos individuais-coletivos intrincados nos perfis do sujeito examinado (OLIVEIRA; DE LIMA, 2021).

Nas avaliações de natureza psicopatológica, comenta-se que as atuações e análises psicológicas-jurídicas desenvolvem fomentos pertinentes para as consolidações diagnósticas e direcionais nos campos executórios, elucidando as dinâmicas funcionais e formativas dos casos determinantes (MIRANDA et al., 2013).

Coadunando as afirmativas acima perante do TPA, fica claro, como aborda Silva e Junior (2023), que o psicólogo jurídico apresenta ferramentas, conhecimentos e possibilidades práticas para a intervenção fundamenta nos casos englobados no espectro psicopático, assim como na elaboração fomentos indicativos que influíram diretamente nos encaminhamentos e julgamentos das demandas nos eixos do Direito Penal.

Um exemplo disso pode ser visualizado nas proposições de Fernandes e Correa (2023), dado

que se é destacado a importância das análises voltadas a classificação de determinados perfis psicopáticos nos campos investigativos. Demonstrando, a partir dos elementos abordados anteriormente, que o psicólogo jurídico, partindo de seus vieses e metodologias avaliativas, pode inferir adequadamente por meio das contingências das demandas especificadas.

Por fim, conclui-se que o TPA engloba diferentes características expressivas em suas exposições e elaborações interativas, demonstrando que o psicólogo jurídico, partindo de suas possibilidades executórias, investigativas e propriamente avaliativas permitem uma compreensão significativa e global dos casos em suas idiosincrasias contextuais, influenciando positivamente nos encaminhamentos, definições judiciais e administrativas nos âmbitos penais.

3. Considerações finais

Em vista dos elementos apreendidos, esboça-se que os domínios e subáreas da Psicologia Jurídica permitem visualizações amplas e significativa frente das exposições do TPA, gerando análises investigativas em suas amplitudes psicopatológicas, judiciais e administrativas, levando em consideração as prerrogativas interdisciplinares e integrativas nas elaborações penais.

Referências

BRAGHIROLI, E. M. Psicologia geral. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. São Paulo: LTC, 2000.

FADIMAN, J. & FRAGER, R. Teorias da personalidade. São Paulo: Harbra, 1986.

FEIST, J. & FEIST, G. J. Teorias da personalidade. 6a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

FERNANDES, Ana; CORRÊA, Michelle. PSICOPATIA SOCIAL: IDENTIFICANDO O PERFIL DO PSICOPATA. Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal), v. 16, n. 4, 2023.

FURNHAM, Adrian. 50 ideias de Psicologia que você precisa conhecer. São Paulo: Planeta, 2015.

HALL, C. S., LINDZEY, G. & CAMPBELL, J. B. Teorias da personalidade. Artmed Editora, 2000.

MARSURA, Ana Maria et al. TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA ACERCA DOS FATORES GENÉTICOS E AMBIENTAIS DO

DIAGNÓSTICO. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 4, p. 2716-2726, 2023.

MIRANDA, Solange et al. PSICOLOGIA FORENSE E PSICOPATOLOGIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO. Academia Edu, 2013. P. 1-12.

MONTEIRO, R. P. Tríade sombria da personalidade: conceitos, medição e corre- latos. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2017.

NOGUEIRA, Clara et al. A MULTIFACETADA PSICOLOGIA JURÍDICA: EXPLORANDO SUAS DIVERSAS ÁREAS DE APLICAÇÃO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 5, p. 777-787, 2023.

OLIVEIRA, Mayck de Luca Gomes; DE LIMA, Fabrício Ximenes. O aspecto social da avaliação psicológica em psicologia jurídica: uma revisão sistemática. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO SOCIAL, v. 4, n. 3, p. 35-48, 2021.

PAULHUS, D. L.; WILLIAMS, K. M.; The Dark Triad of personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy; Journal of Research in Personality 2002.

SCHULTZ, D. P., & SCHULTZ, S. E. Teorias da personalidade (E. Kanner, Trad.). São Paulo: Thomson, 2002.

SILVA, Dhulirrane; JUNIOR, Christovam Castilho. PSICOLOGIA JURÍDICA: a psicopatia no âmbito do Direito Penal. Revista Universitas da Fanorpi, v. 1, n. 09, p. 312-382, 2023.

SILVA, Stella Crystina Costa. A atuação do Psicólogo: A avaliação psicológica no contexto da Psicologia Jurídica. Repositório FUCAMOP, 2021.